

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

ANA CARLA BORBOREMA ARAÚJO

GASTOS SOCIAIS E A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL DE 2002 a 2015

Brasília - DF

2017

ANA CARLA BORBOREMA ARAÚJO

GASTOS SOCIAIS E A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL DE 2002 a 2015

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Lima

Brasília - DF

2017

ANA CARLA BORBOREMA ARAÚJO

GASTOS SOCIAIS E A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL DE 2002 a 2015

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Lima

Professor Mestre Lucas Oliveira Gomes Ferreira

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana do Ensino de Graduação

Professor Doutor Paulo Augusto Petenuzo de Brito
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Noturno

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente ao meu querido pai, que hoje é uma estrela no céu e que me educou e dedicou todo o amor enquanto pôde. Dedico também ao meu esposo, amigo e companheiro: Daniel Nunes de Souza, pelo apoio, carinho e compreensão nesses quase 11 anos de parceria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre me iluminar e não me abandonar nos momentos mais difíceis dessa vida. Agradeço à Universidade de Brasília, em especial ao corpo docente do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, pelo conhecimento compartilhado nessa jornada.

Agradeço ao professor Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima pela orientação e oportunidade de aumentar meu conhecimento quanto ao tema em questão. E também pela paciência e compreensão durante a realização deste trabalho.

Agradeço à minha amiga Béllin Mezzono pela amizade e apoio dispensados durante a realização desse trabalho.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

RESUMO

Além da crise econômica e financeira de âmbito mundial, o Brasil enfrentou em 2015 uma crise política sem precedentes. Houve impeachment, troca de governo e a recessão tomou conta do país. Muito se falou sobre recessão, queda do PIB, ajustes fiscais, desemprego, políticas e programas sociais, reformas trabalhistas e previdenciárias. E não há como negar que as consequências do endividamento público do país estão intimamente ligadas à crise de 2015. O Brasil vem crescendo menos, tanto que em 2015 a taxa de crescimento do PIB foi de -3,8%, a menor em uma década. Ainda em 2015 o país teve um orçamento executado de R\$ 2,268 Trilhões, contudo, boa parte desse orçamento foi destinado ao pagamento de juros e encargos da dívida pública, cerca de 42,43% ou R\$ 962 bilhões. Em contrapartida, no mesmo ano os recursos destinados aos gastos públicos sociais ficaram na casa dos R\$ 1038,2 bilhões, sendo 53,2% desse valor destinados à Previdência Social. Sendo o Brasil a 9ª economia mundial e ao mesmo tempo um dos campeões em desigualdade social, 79º na classificação do IDH, deveria buscar voltar os seus recursos às políticas sociais de forma a atender ao bem-estar da população lhe concedendo serviços de melhor qualidade.

Palavras chave: crise. Desigualdade. Dívida Pública. Gastos Públicos Sociais. Orçamento.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência relativa (FR) em porcentagem (%) da Composição do Gasto Social do Governo Central em relação ao total (Diretos e Tributários), entre 2002 e 2015, Brasil.37

Tabela 2: Gastos do Governo Central por categoria - 2002 a 2015.....34

Tabela 3: Composição do Estoque da Dívida Pública Federal (DPF) em Bilhões – 2002 a 2015. Distribuição por indicadores em %.42

Tabela 4: Composição da Dívida Pública Federal em Dívida Pública Federal Mobiliária Interna (DPFMI) e Dívida Pública Federal Externa (DPFe).42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dívida Externa – 1964-1984.....	24
Gráfico 2: A Evolução do PIB e seus componentes 2002-2015.	34
Gráfico 3: Gastos Sociais – Evolução do dispêndio – 2002 a 2015.	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. JUSTIFICATIVA	16
4. GASTOS SOCIAIS	18
5. O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	21
6. A DÍVIDA PÚBLICA	23
6.1. Classificação da Dívida Pública quanto à natureza	24
6.2. Classificação pelo tipo de Credor	25
6.3. Demais classificações da dívida	25
6.4. O sistema da dívida e seus impactos	26
7. A ORIGEM DA DÍVIDA PÚBLICA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E A CRISE DO ENDIVIDAMENTO	27
7.1. Instrumentos de endividamento	30
7.1.1. Ofertas excessivas de créditos e financiamentos de megaprojetos	31
7.1.2. Empréstimos bilaterais ligados.....	32
7.1.3. Conversões sucessivas de dívidas públicas.....	33
7.1.4. Transformação de dívidas nulas ou prescritas em títulos “Brady”	33
7.1.6. Capitalização de custos e condições onerosas e abusivas de empréstimos	36
8. CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA-FISCAL ATUAL	37
9. METODOLOGIA	41
9.1. Tipo e descrição Geral da pesquisa	41
10. RESULTADO DAS PESQUISAS	42
10.1. A Evolução do Investimento em Gastos Sociais no Brasil	42
10.2. O crescimento da Dívida Pública no Brasil de 2002 a 2015	48
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

O Cenário político-econômico do Brasil em 2003 reflete a troca de governos, mais precisamente uma troca partidária, em que um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, ganha as eleições presidenciais com larga vantagem de votos. Contudo, a chegada do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003 não trouxe consigo mudanças significativas na economia para aquele período. Houve apenas a continuação de uma política econômica e fiscal rígida, neoliberal, definida no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, baseando-se em controlar diretamente o câmbio flutuante, metas de inflação, e mantendo a austeridade fiscal. Tal política foi uma resposta à crise cambial que assolou o país em 1999.

Ainda, vale ressaltar o período que precede o Governo Lula com uma atuação mais independente do Banco Central e a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, Lei Complementar 101/2000.

O Brasil enfrentou “bravamente” a crise financeira mundial de 2008 iniciada com a quebra do Sistema Financeira Norte-Americano, afirmava à época o Presidente Luís Inácio Lula da Silva reeleito para o período de 2006 a 2010. Entre outras falas do então presidente ele afirmava que mesmo diante de tal crise o Brasil seguia crescendo, gerando empregos no contra fluxo do que ocorria no mundo.

Contudo, com o passar dos anos os brasileiros foram vivenciando situações que provavam o contrário, a crise estava maquiada, disfarçada na política macroeconômica brasileira. O aprofundamento da crise institucional no Brasil foi inevitável e arrastou consigo, ao menos, um reflexo imediato: o agravamento do cenário econômico. Termos como ajuste Fiscal, déficit público, déficit primário e dívida pública passaram a fazer parte das notícias diárias.

A duras penas o país foi ganhando espaço como potência mundial, tanto que em 2012 era considerado a 6ª potência mundial. Talvez esse fato seja um verdadeiro contrassenso já que naquele mesmo ano o Brasil obteve o 3º pior índice de Gini do planeta, em decorrência de sua enorme desigualdade social, o que inclui obrigatoriamente a renda. Uma enorme parcela de renda distribuída nas mãos de tão poucos. E o pior, essa pequena parcela rica vem sendo desonerada de impostos,

como é o caso do imposto sobre a renda que no governo FHC sofreu reajustes em sua tabela tributando menos as grandes fortunas, a alíquota máxima caiu de 35% para 27,5%. Acaba que o pobre que pouco ganha e gasta grande parte de sua renda com bens de consumo consequentemente pagará mais impostos, ainda que indiretos, esse é o resultado de um modelo tributário injusto.

Entretanto, seria inegável dizer que apesar dos dilemas intrínsecos o país não logrou crescimento econômico e financeiro. Tanto, que em 2010 o PIB alcançou o patamar de 7,6% de crescimento, o maior valor desde a implantação do Plano Real em 1994, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Complexo seria compreender a que custo o país cresceu, o quão mais endividado ficou.

2015 ficou marcado por protestos, pelas crises políticas, econômica e financeira. As crises econômico-financeiras eram de nível mundial, já a crise política resultou de inúmeras denúncias de corrupção, investigadas em diversas operações da polícia federal, entre elas a Lava-Jato envolvendo instituições públicas da administração direta e indireta, como exemplo dessa última pode-se citar a Petrobrás. Tais denúncias afetaram diretamente os partidos do governo, coligação PT/PMDB, desencadeando no impeachment da Presidente Dilma Rousseff reeleita para o período 2014-2018.

No cenário de crise apresentado, a dívida pública federal permanece como a principal vilã do orçamento da União. Segundo dados da Auditoria Cidadã, o orçamento geral executado em 2015 foi de R\$ 2,268 trilhões, sendo que a dívida pública consumiu 42,43% desse orçamento em juros e amortizações enquanto que o resultado dessa pesquisa identificou que os gastos públicos com políticas sociais consumiram no mesmo orçamento apenas R\$ 1038,18 milhões.

Esses dados só demonstram o quanto o país vem comprometendo seu orçamento com o endividamento, seja ele interno ou externo, causando uma verdadeira trava no seu desenvolvimento.

A dívida pública deveria ser um instrumento de financiamento do Estado para suprir sua necessidade na execução de programas quando os recursos arrecadados,

tributos e impostos, não fossem suficientes. Fica claro que o país vem se financiando mais e mais para pagar a própria dívida. Em outros termos, virou rotina da política macroeconômica a rolagem da dívida com transformações de dívidas externas em internas, conversão de dívidas privadas em públicas, entre outros instrumentos do chamado “sistema da dívida” identificado pela Auditoria Cidadã da Dívida.

2. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica pelo cenário de crise moral, política, econômica e financeira enfrentada pelos brasileiros. A conjuntura desse cenário nos leva a questionar que erros podem estar sendo cometidos pelos governantes, legisladores e pelo próprio mercado, que em busca de maiores lucros nesse processo de acumulação capitalista vêm sacrificando os direitos sociais da camada mais pobre e necessitada da população haja vista o Brasil ter ocupado, em 2016, o posto de 9ª economia mundial com um PIB avaliado em \$1.772.586 Trilhões de Dólares, conforme dados do FMI, porém encontra-se endividado e com um elevado índice de desigualdade social. Faz-se necessário averiguar e debater as consequências dessa ambição no processo de acumulação do capital tais como a necessidade de mais investimento em políticas sociais e o constante crescimento do estoque da Dívida Pública Federal.

O que se observa são recursos cada vez maiores destinados ao pagamento dos serviços da dívida, principalmente para o pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, sendo que é notória a necessidade de se direcionar mais recursos para a execução de políticas públicas voltadas aos direitos sociais da população, pois só assim o Brasil terá mais serviços públicos de qualidade e menos pessoas viveriam na linha da pobreza ou abaixo dela.

É de suma importância debatermos quais contextos históricos no Brasil impulsionaram o crescimento estratosférico da dívida pública, bem como os mecanismos utilizados em sua contratação, mecanismos esses sem contrapartida de bens ou serviços para o Estado gerando o que foi denominado de “sistema da dívida”.

Noutro giro, vale discutir a evolução do investimento em gastos sociais, as políticas públicas sociais adotadas pelo Estado para tal, como, por exemplo, o aparato social criado pelo Brasil, um dos maiores do mundo, para as famílias de baixa renda. É necessário discutir e compreender até que ponto os programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Seguro-Desemprego e outros trarão resultados à economia do país e contribuirão para a redução da desigualdade social, haja vista que o país é a 9ª economia mundial e o 79º no Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa tanto para os gastos públicos sociais quanto para a dívida pública é demonstrar a evolução de seus crescimentos por meio dos dados oficiais publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como, de demais dados retirados dos relatórios da Receita Federal e consultas realizadas no portal Siga Brasil do Senado Federal.

Os gastos serão evidenciados por sete categorias de despesa: Assistência Social, Educação e Cultura, Organização Agrária, Previdência Social, Saneamento Básico e Habitação, Saúde e Trabalho e Emprego. A evidenciação dos gastos dar-se-á em termos percentuais em relação ao montante total do orçamento dispendido com as políticas sociais, ou seja, a despesa e também em termos absolutos, valores, de forma a possibilitar a análise de crescimento ou queda no período.

No tocante a dívida pública, essa será evidenciada no período de 2002 a 2015 em seu valor total, ou seja, será apresentado o montante da Dívida Pública Federal em termos absolutos, ano a ano, discriminado a sua composição por indicadores estabelecidos pelo Tesouro Nacional, esses em termos percentuais e também será decomposta em seu subgrupo, sendo: Dívida Pública Federal Mobiliária Interna (DPFMI) e Dívida Pública Federal Externa (DPFE).

4. GASTOS SOCIAIS

O Estado moderno tem como uma de suas funções promover a redução das desigualdades sociais utilizando para tanto as políticas sociais públicas, mais especificamente por meio dos gastos sociais (Groselli et al, 2008).

Faria (2002) apud Groselli et al (2008) destaca que os gastos sociais utilizados no Brasil até 1997 geraram restrições de acesso e de qualidade para a sociedade brasileira dando prosseguimento aos exageros e resultando em um aprofundamento da desigualdade social já existente antes da constituição de 1988. No entanto, tal agravamento da desigualdade veio diminuindo na década seguinte como resultado da revisão dos métodos e da implementação de novos programas sociais (Groselli e Pereira e Ractz, 2008).

De acordo com o STN (2016) toma-se como conceito dos gastos sociais:

“Aquele destinado a atender as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social”.

Para Contrim (1996) o Estado para atingir seus fins requer um grande volume de recursos, intitulados pela legislação de Receitas, que são divididas em:

- Receita Original – quando é promovida pelo patrimônio do próprio Estado, por exemplo, de Estatais;
- Receita Derivada – quando é derivada diretamente do patrimônio particular, constituindo-se da arrecadação de tributos.

No tocante a atuação do Governo Riani (2002) apud Groselli et all (2008), observa que:

“Os gastos públicos constituem-se na principal peça de atuação do governo. Por meio deles, o governo

estabelece uma série de prioridades no que se refere à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a serem realizados” (Riani, 2002, p. 79).

Ainda segundo Riani (2002, p. 79-80) os gastos do governo classificam-se em gastos públicos e gastos governamentais, conceituados da seguinte forma:

“Os gastos públicos podem, em última instância, ser conceituados como uma escolha dos governos no que se refere aos diversos serviços que eles prestam a sociedade. Representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo. A interpretação mais usual dos gastos públicos considera o custo de provisão dos bens e serviços executados pelo setor público que aparece nas contas orçamentárias do governo. (...) consideram-se gastos governamentais apenas as despesas realizadas pelas unidades que compõem a administração governamental direta e indireta. Assim, englobam-se neste conceito apenas os gastos realizados pela esfera do governo acrescido de suas autarquias e fundações”

Outro conceito de gasto público refere-se à totalidade dos gastos governamentais supramencionados acrescidos do montante das despesas do governo com suas atividades econômicas produtivas.

Para Kohama apud Santos e Andrade (2012) gastos públicos referem-se ao dispêndio de recursos na execução de serviços públicos necessários a atender ao bem-estar da população. Esses gastos podem ser classificados como de curto ou longo prazos (Fernandes et al apud Santos e Andrade, 2012).

Rezende (1997) destaca que os gastos públicos podem ser classificados como funções do governo dividindo-se da seguinte forma: gastos mínimos, gastos sociais e gastos econômicos.

Os gastos mínimos referem-se ao montante de recursos empregados exclusivamente pelo governo na execução das políticas públicas. Os gastos sociais

referem-se ao valor desembolsado pelo governo com o fim de atender os bens e serviços de caráter essencial, também intitulados de semi-públicos, e nesse conceito enquadram-se tanto os produzidos pelo governo quanto os produzidos pela iniciativa privada.

Como gastos semi-públicos tem-se: Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, Urbanismo e Habitação (SANT'ANNA apud Santos e Andrade, 2012).

Os gastos econômicos correspondem ao dispêndio de recursos do governo referente as atividades econômicas, que a priori, o governo não deveria se envolver. Contudo, na prática acaba por desempenhar tais atividades haja vista sua necessidade em regular o mercado, o que incluir por vezes sua interferência direta desempenhando diretamente atividades econômicas e empresariais (Rezende, 1997).

Não obstante a discussão apresentada sobre toda a conceituação dos gastos sociais, incluindo-se nesses os gastos públicos no geral, a presente pesquisa observará apenas os dispêndios do governo com gastos sociais, sendo eles diretos e tributários.

Para Castro (2012) as políticas sociais, em seu estágio avançado, resumem-se em esquemas de distribuição de rendas, produção e provisão de bens e serviços, distribuição de ativos patrimoniais, “aplicando significativas parcelas do PIB além de regular alguns setores do mercado e empregar expressiva parcela da força de trabalho do país. ”

Em seu processo de implantação e desenvolvimento essas políticas impactam diretamente na vida social dos indivíduos, de suas famílias e, conseqüentemente de seus grupos sociais, o que significa que as políticas sociais, se bem implementadas podem desencadear melhorias na qualidade de vida de uma população e simultaneamente, dadas as suas dimensões, alterar a economia e a autonomia de um país, o que as tornam fundamentais no processo de desenvolvimento nacional Castro (2012).

2.1. Contexto Histórico dos Gastos Sociais no Brasil:

A execução dos gastos sociais advém das políticas sociais exercidas pelo Estado, pois esse é detentor de direitos e obrigações perante o povo. Conforme a Constituição Federal (1988) todo poder do Estado emana do povo que elege, por meio do voto direto, seus representantes. Contudo, o que se visualiza é uma enorme lacuna entre os direitos da população e os deveres do Estado, haja vista a enorme e crescente desigualdade social enfrentada no Brasil.

O Estado por meio de suas leis protecionistas tem permitido ao mercado se apropriar cada vez mais da capacidade produtiva do trabalhador pobre na busca incessante pelo aumento de seus lucros e conseqüente acumulação de capital. Nesse contexto os direitos sociais no país têm ficado de lado e o trabalhador pobre vem sentindo na pele a queda de qualidade na prestação dos serviços públicos como educação, saúde, assistência social e saneamento básico entre outros. Em muitos casos observa-se inclusive a inexistência desses serviços e, ou a enorme burocracia para ter-lhes acesso.

O período da ditadura no Brasil de 1964 a 1986 foi crucial para a expansão industrial e, por conseqüência, a expansão das cidades, pois muitas pessoas deixaram os campos em busca de uma vida melhor nas cidades atraídos pela geração de empregos nas grandes indústrias que começaram a se instalar no país.

Contudo, é sabido que essa expansão não ocorreu de forma planejada e a explosão populacional em muitas cidades brasileiras não foi correspondida pelo aumento na prestação de serviços públicos tais como educação, saúde e habitação. O esquecimento do governo com investimento nos direitos sociais nas décadas de 70 a 80 agravou por agravar a desigualdade social no Brasil.

5. O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Quando se fala de investimento em gastos sociais faz-se necessário compreender a origem dos recursos para suportá-los. No Brasil a lei orçamentária, LOA, que é elaborada anualmente para o exercício fiscal do ano seguinte deve ser

composta de três orçamentos, conforme prevê a Constituição Federal, art. 165, §5º, abaixo exemplificados:

- Orçamento Fiscal: referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- Seguridade Social: abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo poder público, vinculados à Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social)
- Investimento: relativo às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

De acordo com Salvador (2012) no processo histórico os recursos fiscais no Brasil sempre foram usados com o propósito de subsidiar e financiar a acumulação do capital, em outras palavras, o seu crescimento e concentração. Em contrapartida os recursos contributivos cobrados na folha de salários das empresas financiavam as despesas sociais.

Com a reforma da Constituição Federal de 1988, seu art. 195 estabeleceu um pacote de contribuições sociais que incidem sobre a receita, o faturamento, o lucro e a folha de pagamentos das empresas com destinação final aos financiamentos dos direitos sociais. Deu-se, nesse caso, a criação dos tributos vinculados, através de fundos sociais específicos, ou seja, com destinação própria por Lei, um meio encontrado para driblar a perversa tradição fiscal do Brasil de deixar de lado os investimentos em políticas de gastos sociais (Salvador, 2012).

Os tributos vinculados nada mais são que impostos, cujo o resultado de sua arrecadação está vinculado a programas específicos, em outras palavras o Governo não pode dispor de tais receitas para gastar em programas e, ou projetos diversos daqueles para que foram criados. Um exemplo bem claro é próprio art. 195 da Constituição Federal que trata do orçamento da Seguridade Social, conforme já mencionado acima.

Contudo, apesar da vinculação de determinadas receitas tributárias para subsidiar as políticas sociais os governantes vêm encontrando meios de desvincular tais recursos e utilizá-los para outros fins. Desde 1993 vem-se criando mecanismos de desvinculações de recursos orçamentários, como por exemplo a Desvinculação dos Recursos da União (DRU), por meio da qual os recursos das contribuições sociais vêm sendo desviados para o orçamento fiscal a fim de garantir a composição do superávit primário, bem como o pagamento de juros da dívida pública (Salvador, 2012).

Retomando o fato de que o orçamento previsto na LOA “prevê” a receita e “fixa” a despesa para o exercício seguinte há de se compreender que nem tudo ali previsto, será executado, pois há uma enorme interferência política, bem como do próprio mercado e mais da própria natureza na execução desse orçamento. Para Lima (2008) “ o orçamento guarda pouca ou nenhuma semelhança com o que será executado, ainda que tenha sido pensado com todo o rigor pelos técnicos das várias unidades federativas”. Ainda de acordo com Lima (2008) os representantes políticos no Congresso Nacional, ora representantes democráticos de toda a nação direcionarão os recursos a alocação dos recursos disponíveis de acordo com suas influências políticas e se apropriaram mais ou menos de tal riqueza “conforme o *poder social* que trazem no bolso, ressalvadas as despesas obrigatórias”.

6. A DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública deveria ser um mecanismo ou instrumento do governo com o propósito de, quando necessário, arrecadar fundos a fim de compor os orçamentos do país, uma opção a mais de investimento, financiando obras e projetos públicos, cujo o destinatário final deve ser o contribuinte, trabalhador, ou seja, a sociedade comum (Fattorelli, 2013).

Em um conceito mais amplo a Dívida Pública Federal é a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), haja vista que essa denominação abrange todas as esferas do governo, suas empresas estatais e autarquias, o Banco Central e o INSS, excetuando-se as instituições financeiras, sendo o montante das obrigações do Setor Público não

financeiro, descontados seus ativos financeiros junto aos agentes privados não financeiros e aos agentes financeiros, públicos e privados (Fattorelli, 2012).

Em síntese o papel da dívida é aumentar consideravelmente as condições do Estado para investir no Bem-Estar Social, programas e políticas voltados para a educação, saúde, habitação e demais políticas públicas de inclusão social. Encontra-se aqui uma relação direta entre Gastos Sociais e a Dívida Pública.

Ainda conforme Fattorelli (2013), a dívida pública deveria ser vista como um instrumento positivo, complementar ao orçamento público e usada na medida das necessidades orçamentárias, quando as receitas de arrecadação governamentais, seja com tributos e outras rendas como patrimônios, comércio e serviços não forem suficientes para suprir as despesas e demais investimentos estatais.

Contudo, o que se presencia é a utilização às avessas desse recurso público para favorecer quase que exclusivamente a iniciativa privada, em suma, o sistema financeiro e seus grandes bancos e empresas multinacionais. Essas que multiplicam suas riquezas com a exploração da força de trabalho barata da camada mais pobre da população de países subdesenvolvidos, ora intitulados emergentes.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2015, até 31 de dezembro, o governo federal consumiu 42% do orçamento federal com pagamentos dos serviços da Dívida correspondendo a R\$ 962 bilhões do referido orçamento. Conforme informações da Auditoria Cidadã da Dívida, em 2015 a soma das dívidas internas ou externas apresentaram os seguintes saldos:

- Interna: R\$ 3.926.680.962,35 – 3 Trilhões, 936 Bilhões, 680 Milhões, 830 Mil e 35 Centavos.
- Externa: R\$ US\$ 545.353.169.041,77 – 545 Bilhões, 353 Milhões, 169 Mil, 41 Dólares e 77 Centavos.

6.1. Classificação da Dívida Pública quanto à natureza

A Dívida é classificada ainda como Interna ou Externa (Fatorelli, pag. 45, 2013). Na Teoria, a dívida Interna resume-se à contratação em moeda nacional junto aos

residentes no país. A externa é aquela contraída em moeda estrangeira junto à residentes no exterior.

Contudo, na prática a dívida interna acaba por ter credores não residentes no país, pois os bancos estrangeiros compram diretamente os títulos da dívida interna. Tais bancos conseguem inclusive comprar os títulos em primeira mão, assumindo o papel de *dealers*¹. Ainda, cabe ressaltar que são muitos os casos em que há a emissão de dívida externa em moeda nacional, fatos ocorridos no Brasil a partir de 2005.

6.2. Classificação pelo tipo de Credor

- Multilateral – Os credores são o FMI, o Banco Mundial ou outros organismos multilaterais.
- Bilateral – Os credores são os Governos ou Bancos Públicos de outros países.
- Comercial – Os credores são bancos privados internacionais. Tradicionalmente esse tipo de dívida era formalizada por contratos ou convênios, que logo cederam lugar a “títulos soberanos”, como no Plano Brady, aplicado em cerca de 20 países.

6.3. Demais classificações da dívida

A dívida pública pode ainda ser classificada de acordo com o prazo de exigibilidade, ou seja, de acordo com o tempo que o Estado terá para pagá-la. Assim sendo, a dívida pode ser denominada como Flutuante ou Fundada.

A dívida flutuante é aquela em que o reembolso pelo Estado dar-se-á dentro do mesmo exercício financeiro em que o crédito foi contraído, em outras palavras, não excederá 12 meses. Conforme preconiza a Lei Complementar nº 4.320 de 1964 em seu art. 92:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.

II - os serviços da dívida a pagar;

III - os depósitos;

IV - os débitos de tesouraria.

Portanto, cabe certamente concluir que a dívida flutuante é contratada para quitação em curto prazo, com o propósito de atender às necessidades rápidas de caixa do Tesouro, tomando como fonte receitas não arrecadadas ou despesas não previstas.

Já a dívida fundada, também conhecida como consolidada, conforme dispõe a Lei Complementar nº 4.320/64 em seu artigo 98, refere-se aos compromissos assumidos com exigibilidade superior a 12 meses a fim de atender aos desequilíbrios orçamentários ou o financiamento de obras e serviços públicos.

6.4. O sistema da dívida e seus impactos

Os trabalhos desenvolvidos pela ONG Auditoria Cidadã da Dívida lhe redaram em uma repleta experiência permitindo-lhes concluir e determinar que há um conjunto integrado de elementos que conformam um verdadeiro “sistema da dívida”.

Trata-se de um sistema que se inicia, entra em operação, a partir da própria geração da dívida e, em sua maioria sem nenhuma contrapartida em bens, serviços ou benefícios para os países, por intermédio de diversos mecanismos como:

Mecanismos que geram dívidas	
✓ Ofertas Excessivas	✓ Transformação de Dívidas Privadas
✓ Financiamento de ditaduras, eleições e guerras	✓ Salvamento Bancário
✓ Empréstimos vinculados	✓ Modelo Tributário Injusto
✓ Refinanciamento e trocas sucessivas	✓ Negócios Especulativos
✓ Medidas Macroeconômicas	
✓ Capitalização de custos, juros sobre juros	

7. A ORIGEM DA DÍVIDA PÚBLICA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E A CRISE DO ENVIDAMENTO

Apesar do presente trabalho ter como objetivo a análise da dívida pública no Brasil compreendido entre 2002 e 2015, o contexto histórico da dívida nos leva às décadas anteriores, principalmente no período da ditadura, onde o Brasil começou a abrir suas portas para o capital externo, Banco Mundial, FMI e empresas multinacionais.

A dívida pública é inegavelmente uma importante fonte de financiamento do Estado e como já falado anteriormente não deveria ser vista como um ponto negativo de qualquer política econômica que esse Estado execute, o problema está em como administrar a dívida pública. O endividamento público deve se dar na medida das necessidades financeiras do Estado para dar continuidade às suas execuções programáticas previstas no orçamento.

Paulani (2008, p. 62) afirma que o endividamento é um sinal de dinamismo, e dessa forma deve ser encarado, ao invés de ser tomado como um elemento econômico negativo de desleixo e imprevisão. A questão é quando o endividamento foge do controle e quando o endividado é um ente público cuja a responsabilidade é garantir o bem-estar da população.

A Auditoria Cidadã da Dívida coordenada por Maria Lúcia Fattorelli buscou de forma clara destrinchar e evidenciar quais os fatores externos e internos que corroboraram ao longo do tempo para o crescimento contínuo da dívida pública brasileira e mostrou que esse fato está atrelado às instituições financeiras internacionais - IFI - como o FMI e o Banco Mundial apontando que essas instituições tiveram um papel de liderança de destaque no aprofundamento do endividamento público ilegítimo, pelo de fato de exercerem uma enorme influência sobre os países em desenvolvimento, como o Brasil, bem como sobre os países de extrema pobreza da África.

Fattorelli (2013, p. 69) destaca que em vez de corrigir as finanças públicas, as medidas impostas por tais instituições internacionais contribuíram para agravar a situação econômica desses países, pois visavam deduzir recursos antes direcionados aos gastos e investimentos sociais para destiná-los ao setor financeiro como pagamento da dívida.

Essas medidas de arrocho, conforme Fattorelli (2013, p. 69) tiveram consequências desastrosas e desencadearam danos econômicos, financeiros, patrimoniais, sociais e ambientais em países da América Latina, África e Ásia desde os anos 80 e recentemente atingiram inclusive países europeus.

A economia brasileira foi se desenvolvendo aos poucos oriunda principalmente do endividamento externo. Em 1970, o Brasil enfrentava um de seus piores períodos da história: a ditadura. Iniciada em 1964 por um golpe militar a ditadura naquele momento seguia o contexto do cenário internacional de países em desenvolvimento, como Argentina e Chile, por exemplo, que também enfrentava a mesma situação e financiados principalmente por organismos financeiros internacionais como já falado anteriormente: FMI. Havia o interesse de potências mundiais à época como Estados Unidos e Rússia em tirar sua fatia riqueza de economias em crescimento e uma maneira de fazê-lo foi certamente endividando-as.

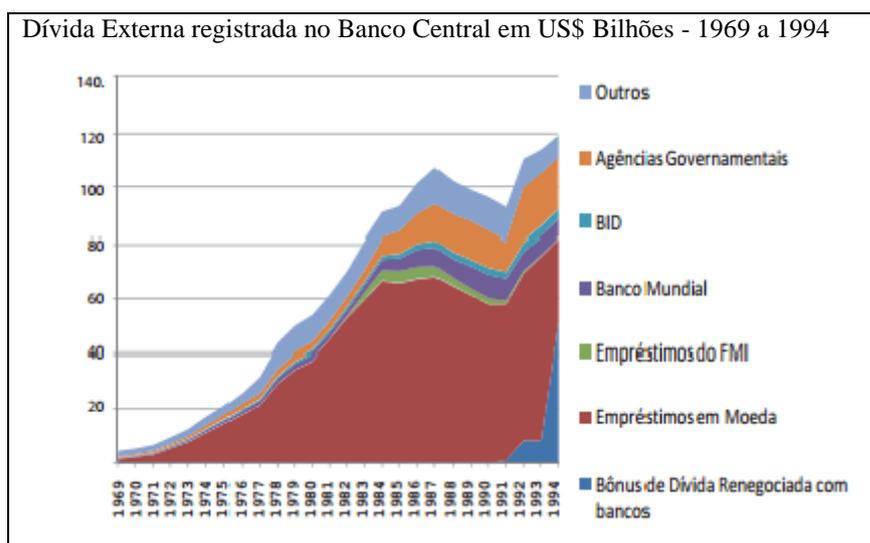
O período da ditadura foi acompanhado de crescimento econômico, porém sob forte repressão. Nesse período muitas empresas criadas no governo Vargas, acabaram encerradas, internacionalizadas e, ou privatizadas. Essa medida só demonstra mais uma vez o interesse dos organismos financeiros externos em se instalar no país e tirar vantagens econômicas e financeiras a todo o custo.

Em 1964 a dívida externa do Brasil era pequena, quase inexistente e certamente muito inferior aos valores atuais. Porém, no decorrer do período da ditadura o valor da dívida aumentou drasticamente, resultado do financiamento externo buscado pelo regime para se subsistir.

Em termos históricos, os débitos nacionais com o exterior somavam \$ 3,155 milhões quando o primeiro militar, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco,

assumiu o governo e, no fim da ditadura, em 1985, esse valor chegou a \$ 95 milhões, quase \$ 90 milhões a mais. Ainda, após a ditadura o valor da dívida continuou a aumentar conforme pode ser verificado no gráfico 1 abaixo, segundo informes emitidos pela Auditoria Cidadã na CPI da Dívida Pública brasileira de que a Dívida Pública Externa em 1994 superou os US\$ 120 bilhões:

Gráfico 1: Dívida Externa – 1969-1994.



FONTE: Relatórios CPI da Dívida Pública, 2010. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Informativo-mar%C3%A7o-2010.pdf>>

No ano de 1970 o país estava sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici que governou o país de 1969 a 1974. Esse período da ditadura ficou conhecido como o “milagre econômico”. Foi no auge do milagre econômico que o país atingiu a sua maior taxa de crescimento do PIB de 14%, registrada em 1973. Já a menor foi de 9,5% em 1969.

De acordo com Adilson Marques Gennari, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Unesp, em entrevista¹ ao jornal da Record – R7 – o PIB naquele período da história não era um indicador de desenvolvimento efetivo, pois se tratava de um crescimento subordinado às economias hegemônicas, “sem aspecto de evolução no problema socioeconômico.” Gennari destaca ainda que o milagre

¹ Matéria publica no portal <http://noticias.r7.com/economia/milagre-economico-ou-desastre-saiba-mais-sobre-o-crescimento-brasileiro-durante-o-regime-militar-03042014>.

econômico poderia chamar-se “infernal, pois os planos econômicos e o planejamento ali executados tiveram como objetivo o desenvolvimento industrial, porém desvinculado das necessidades reais da população. Houve um crescimento industrial e econômico desordenado.

O milagre econômico vivido pelo país perdurou até o final do governo Médici já que em seguida, dentro de uma mesma década, o mercado mundial enfrentou duas fortes crises do Petróleo: a primeira em 1973 e a segunda em 1979. A partir daí o processo de endividar-se externamente para crescer internamente começou a apresentar falhas e insustentação econômica e teve como marcos históricos as moratórias da dívida do México e Argentina conforme Lefort (2007).

Como forma de blindar a vulnerabilidade externa o governo decidiu implantar um outro modelo de plano econômico e lançou em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Lei nº 6.151/74. O objetivo do plano era o crescimento industrial restringindo os regulamentos externos principalmente nos setores de fertilizantes químicos e energia.

O plano era visivelmente uma medida de curto prazo, com propostas de retorno ainda ao final da década de 70 e estabeleceu a realização de “árduas tarefas” que cumpriu ter em mente à época. O texto do PND dizia que “tais tarefas têm o sentido de conquistas econômicas e sociais de envergadura”. O plano previa conquistas de crescimento tanto na área econômica quanto na área de educação e primava visivelmente pelo crescimento industrial do país.

7.1. Instrumentos de endividamento

Segue abaixo as principais medidas que vêm sendo impostas por organismos financeiros internacionais, tais como o FMI, conforme Fattorelli (2013, p. 69):

- Ajustes fiscais que determinam, principalmente, a redução de gastos sociais para que os respectivos recursos sejam destinados aos rentistas;
- Intervenção em decisões econômicas e administrativas;

- Antirreformas – trabalhistas, tributárias, fiscais e econômicas – e privatizações, cujo o efeito é esgotar as fontes de recursos dos orçamentos governamentais criando déficits que são cobertos pela geração de novas dívidas públicas;
- Mudanças em legislação específica, que levam a aprovação de textos como o da “Lei de Responsabilidade Fiscal”, 2000, que garante prioridade ao pagamento dos juros da dívida antes de qualquer gasto social;
- Imposição de planos financeiros que estabelecem formas de reestruturações, pagamentos antecipados e, principalmente, a conformação de fideicomissos pelas mesmas instituições credoras, para seu próprio benefício;
- Supostas medidas prévias à contratação de empréstimos, que velariam pela sustentabilidade da dívida externa, mas cuja utilidade se questiona pelos critérios, parâmetros e enfoques adotados;
- Arranjos contábeis: por intermédio de manuais orientados pelo FMI, são introduzidos tratamentos contábeis específicos, que permitem a utilização de mecanismos que aumentam o privilégio da dívida e não mostram a real situação de fluxos e saldos;

Dando continuidade à origem da dívida faz-se imprescindível abordar os mecanismos que geraram e geram o endividamento público, voltando, portanto, ao tema do “sistema da dívida”.

Para Fattorelli (2013, p.50) “a ferramenta técnica que permite elucidar o sistema da dívida e determinar que dívidas públicas os povos estão pagando é a auditoria”.

Diante desse contexto vale abordar e discutir de forma detalhada alguns mecanismos que geraram e, ou continuam a gerar a dívida pública de forma a se compreender a ordem cronológica do endividamento brasileiro. A saber:

7.1.1. Ofertas excessivas de créditos e financiamentos de megaprojetos

No decorrer da ditadura o Brasil investiu fortemente em projetos de infraestrutura de diversas áreas, que apesar de corroborar para o crescimento econômico do país contribuiu ainda mais para o endividamento externo.

Esse período conhecido como “milagre econômico” acompanhava o cenário internacional cujo o excesso de liquidez foi absorvido pelos bancos privados internacionais e direcionado para o chamado Terceiro Mundo, ou economias em desenvolvimento, e utilizado principalmente, conforme já falado, para financiar regimes militares ditatoriais e megaprojetos.

Esse período foi marcado pela multiplicação do saldo da dívida por meios de processos nada transparentes e por operações secretas realizadas no exterior. Há que se destacar que à época o Brasil não dispunha de leis ou outros mecanismos que exigissem transparência e legalidade no processo da dívida ou mesmo em qualquer outro. O governo da ditadura não dava satisfações ou prestava contas do que fazia ou deixava de fazer.

De acordo com Fattorelli (2013, p. 53 a 54) a parcela mais relevante da dívida adquirida no período foi contratada junto aos bancos privados internacionais por meio de empréstimos em moeda. Esses empréstimos ajudaram a financiar megaprojetos em infraestrutura como telefonia, energia elétrica, transportes e siderúrgicas.

7.1.2. Empréstimos bilaterais ligados

Conceitualmente, os empréstimos bilaterais são créditos condicionados à compra de bens ou serviços no país concedente.

Para a Auditoria Cidadã é necessário analisar de forma minuciosa projetos financiados por dívidas bilaterais, em especial por bancos de desenvolvimento ligados a megaprojetos em outros países a fim de averiguar se esses estão eivados de vícios em sua contratação ou correlacionam-se a atender interesses criados com o propósito de tirar vantagens econômicas pelo modelo de exploração extrativista com sérias consequências, pois além da dívida financeira, há a irreparável destruição de riquezas naturais.

7.1.3. Conversões sucessivas de dívidas públicas

Esse é sem dúvidas um dos principais mecanismos do sistema da dívida que claramente não oferece contrapartida alguma pelo Estado.

De forma geral, esse mecanismo implica em sucessão de trocas, conversões, refinanciamento e renovação de dívidas públicas em novas dívidas.

Conceitualmente, são transações que não retornam quaisquer recursos para o país, significando apenas uma reciclagem de dívidas antigas em novos títulos públicos permitindo aos credores negociarem novamente tais títulos no mercado financeiro retornando lucros imediatos.

Esse mecanismo tem apresentado resultados chocantes e desastrosos pois ao promoverem o aumento das obrigações registradas como dívida pública, a cada nova reciclagem novas e árduas exigências são impostas aos países emitentes, que assumem totalmente os custos onerosos dessas transações, tais como taxas e comissões, por exemplo.

Conforme a Auditoria Cidadã, Fatorrelli (2013, p. 53) afirma que as conversões de dívidas têm sido uma estratégia bastante utilizada para transformar dívidas ilegítimas em legítimas utilizando-se cada vez mais de instrumentos legais. Esse fato, segundo a autora foi constantemente observado em auditorias realizadas em países da América Latina.

7.1.4. Transformação de dívidas nulas ou prescritas em títulos “Brady”

Ainda dentro do mecanismo de “conversão” do sistema da dívida é de suma importância discutir a criação escandalosa do Plano Brady implantado quase que de forma simultânea em cerca de 20 países, em 1994.

O Plano Brady teve como uma de suas origens a conversão de promissórias e contratos obscuros na década de 1970 em dívidas dos Bancos Centrais na década seguinte, que em seguida transformaram-se em títulos “brady” conforme comprovação de auditorias oficiais e auditorias realizadas pela Auditoria Cidadã.

Já sabido que o mecanismo de conversão não retorna quaisquer retornos ao país, os títulos Brady foram consequências de transformação de dívidas antigas inexistentes, de baixos valores ou até mesmo nulas e prescritas em novos títulos da dívida, aproximadamente 7 tipos de títulos, impostos sob duras condições aos países endividados.

O Plano implantado apenas em 1994 no Brasil já era pensado nos Estados Unidos na década de 80 como um plano de reestruturação da dívida externa de alguns países emergentes que à época estavam sem credibilidade no mercado internacional. O plano levou esse nome em homenagem ao Secretário de Tesouro Americano, Nicholas Frederick Brady, que o criou.

De acordo com Bresser (1989) o plano Brady, apesar de envolto em inúmeros questionamentos, tinha como premissa permitir e mesmo estimular que o Banco Mundial e o FMI oferecessem garantias aos novos títulos a serem emitidos pelos países endividados sob o propósito de “redução de suas dívidas”.

Conforme informações da Secretaria do Tesouro Nacional, no relatório da dívida mobiliária externa, em abril de 1994 o acordo do Plano Brady “promoveu a troca de praticamente toda a dívida de responsabilidade do setor público por uma combinação de sete bônus de emissão da República do Brasil” esses bônus constituíram os intitulados “Brady Bonds Brasileiros”, a saber: *Discount Bond, Par Bond, Front-Loaded Interest Reduction Bond – FLIRB, Front Loaded Interest Reduction with Capitalization Bond – “C” Bond, Debt Conversion Bond, New Money Bond e Eligible Bond – El.*

Ainda conforme o Tesouro Nacional algumas características importantes marcaram sensivelmente o referido acordo:

- A União assumiu a dívida de todos os novos instrumentos emitidos em troca da dívida antiga, em substituição à responsabilidade do Banco Central do Brasil até então;

- Abriu a possibilidade de futuras negociações com o intuito de atribuir flexibilização à administração do passivo, como, por exemplo, a recompra de títulos no mercado (*debt buy-back*), pré-pagamentos e operações de troca dos títulos emitidos por novos títulos distintos (*debt-for-debit exchanges*).
- Emissão de garantia do principal e/ou parcelas dos cupons dos juros para três dos setes bônus: *Par Bond*, *Discount Bond* e FLIRB.
- Meios de entregas escalonadas das garantias, a partir da emissão de títulos transitórios (*Phase-in Bonds*), constituindo-se garantias para o principal e o restante dividido em até 4 prestações sucessivas, cumprido pelo Brasil em 1995, que antecipou a entrega da última prestação em seis meses.

Fattorelli (2013, p.54) destaca que a conversão dos títulos em nova dívida resultou em uma operação demasiadamente onerosa, desconsiderando o valor anterior da dívida no mercado secundário. Não obstante esse fato exigiu que países endividados constituíssem garantias colaterais monetárias expressas na forma de *Treasury Bonds* dos Estados Unidos, sendo que essas deveriam ficar depositadas no Banco Central dos Estados Unidos, o FED, que funciona como um sistema de reserva norte-americano.

Segundo informações do STN no âmbito de implantação do Plano Brady o Brasil emitiu em 15 de abril de 1994 em substituição a aproximadamente US\$ 55 bilhões de dívida antiga de médio e longo prazo do setor público:

Títulos Brady	Montante emitido (Em US\$ Bilhões)	Data de Vencimento
BIB ou Exit Bond	1,06	15/09/2013
IDU (Interest Due and Unpaid)	7,13	01/01/2001
Discount Bond	7,28	15/04/2004
Par Bond	8,45	15/04/2024
FLIRB (Front-Loaded Interest Reduction Bond)	1,74	15/04/2009
C-Bond	7,41	15/04/2014
DCB (Debt Conversion Bond)	8,49	15/04/2012
New Money Bond	2,24	15/04/2009

El (Eligible Interest Bond)	5,63	15/04/2006
Fonte: Histórico da Dívida Pública Externa, STN, 2009. Disponível em< http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/livro/livro_eletronico_completo.pdf >		

Para o STN a diferença entre a dívida original e o montante emitido em títulos Bradies decorre da redução negociada no processo de reestruturação da dívida.

Contudo, apesar de em um primeiro momento ter transparecido “ser um sucesso”, resultando em uma diminuição da dívida, isso não ocorreu, pois o país assumiu todos os custos e encargos vultuosos dessas transações que ocorreram de forma nada transparentes não obedecendo às regras da SEC (*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos). E, de acordo com a CPI da dívida realizada pela Auditoria Cidadã o que ocorreu de fato foi um demasiado incremento no valor da dívida externa brasileira, que saltou para US\$ 51 bilhões.

7.1.5. Conversão de dívida interna para externa e vice e versa

Esse mecanismo vem sendo largamente utilizado a fim de converter um tipo de dívida no outro, de forma geral o propósito é trazer condições mais vantajosas para o setor financeiro, como exemplificado abaixo:

- Emissão de dívida interna para pagar amortizações do capital principal da dívida externa;
- Emissão de dívida interna para pagar juros e custos da dívida externa.

Verifica-se ainda a realização de operações inversas como a contratação de empréstimos ou emissão de títulos da dívida externa para pagar amortizações do principal da dívida interna. Para Fattorelli (2013, p.58) esse mecanismo tem sido amplamente utilizado nos últimos anos pelos estados brasileiros que vêm contratando empréstimos junto ao Banco Mundial e bancos privados para pagar dívida interna refinanciada pela união.

7.1.6. Capitalização de custos e condições onerosas e abusivas de empréstimos

Esse é um mecanismo de destaque no “sistema da dívida” e por isso, com certeza, é um dos que mais aumentam os níveis do endividamento público, pois decorrem de condições onerosas e abusivas tornando impraticável o cumprimento das obrigações principais da dívida e, conseqüentemente, forçando os países endividados a contratarem novas dívidas para o pagamento de juros e gastos sem apresentar qualquer retorno de recursos.

Após a contratação de novas dívidas, novos custos são aplicados sobre a operação, o que incrementa de maneira exponencial o montante da dívida.

8. CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA-FISCAL ATUAL

Em 2015 o Brasil viveu notoriamente uma das maiores crises políticas, econômicas e financeiras resultando na queda de um Presidente da República, no caso, da presidente Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores, então em seu segundo mandato, período de 2014-2018. A crise, contudo, perdura até os dias atuais. Não se trata apenas de política, mas de uma crise de identidade. O Brasil é um país rico, com abundâncias de recursos naturais, contudo lhe faltam recursos essenciais para áreas como educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura. Em contrapartida, as instituições financeiras do país seguem ano a ano aumentando seus lucros, resultado de uma política monetária, na qual contam com diversas benesses tributárias, que necessitam de revisão com urgência.

A crise financeira mundial iniciada lá em 2008 uma hora ou outra chegaria ao Brasil e ao chegar trouxe seus reflexos na economia do país, gerando desemprego, aumento dos juros, entre outras conseqüências. Contudo, o meio político já estava abalado pelas sucessivas denúncias de corrupção envolvendo o diretamente o Governo, empresas públicas, órgãos públicos e a Petrobrás, esta última empresa, sociedade de economia mista, em que o Governo é o maior detentor de ações.

Antes de adentrarmos no cenário da crise que assolaria o país em 2015, cabe ressaltar que as crises financeiras são permanentes históricas, isto é, vão e vem ao longo da história do capitalismo, elas o antecedem e podem persistir mesmo que ele

desapareça, ainda que existam as formas de crédito, de endividamento e de crises específicas ao próprio capitalismo (Amaral, 2009).

A crise de 2015 não teve sua origem exclusivamente no Brasil em decorrência apenas de sua turbulência interna como consequências de denúncias de corrupção e, ou, desacordos partidários, foi muito além disso. Para muitos analistas econômico-financeiros a crise nos países emergentes seria inevitável, essa foi a previsão apresentada, em 2011, pela consultoria da Oliver Wyman Group², sediada em Londres, em um estudo polêmico sobre o futuro de países emergentes. Como uma das justificativas de que tal crise seria inevitável, o consultor Barrie Wilkinson argumentou que “o abalo no sistema financeiro deverá partir dos países emergentes dois anos antes, em 2013, quando acabará o forte ciclo de avanço nos preços de matérias primas - commodities - como alimentos e metais. O autor ainda ressalta o fato de que a “a forte atividade econômica em mercados emergentes que praticamente passaram ilesos à crise desde 2008 foi impulsionada pela política de injeção de recursos para salvar a economia dos Estados Unidos”.

O ano de 2015 se iniciou com a alta da taxa básica de juros da economia, a Selic, um aumento de 0,5 ponto percentual, resultando em 12,25% anunciada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central. Essa alta, segundo o economista e professor do INSPER, João Luiz Mascolo, em entrevista à BBC³ teria um impacto no direto no pagamento dos juros da dívida pública federal com um aumento de R\$ 7 a 10 Bilhões. O aumento ocorreu porque a Selic, segundo o economista, é utilizada para calcular a remuneração sobre os títulos da dívida pública. Apesar de tal consequência a alta dos juros é um instrumento monetário de ação rápida do Banco Central para conter o crescimento da inflação, ou seja, desacelerar o mercado, que naquele ano estava pressionado pela alta dos preços administrativos como transportes, energia elétrica e combustíveis.

² Matéria publicada em <http://economia.ig.com.br/brasil-nao-escapara-de-cri-se-global-em-2015-diz-tese-polemica/n1237978697870.html>.

³ Entrevista concedida ao jornal da BBC publicada no portal http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150121_juros_selic_ru.

Em entrevista publicada no *Diplomatique*, 10/2015⁴, Fattorelli afirma que “sacrifícios sociais e econômicos para servir ao pagamento de juros e encargos da dívida pública têm sido uma regra no Brasil há décadas”. Ainda para Fattorelli, após incessantes estudos sobre a natureza dívida conseguiu-se concluir que a elevação dos juros constitui, historicamente, o principal fator responsável pelo seu próprio crescimento. E que, a gravidade da situação se encontra no fato de que tais juros são aplicados sobre dívidas geradas por diversos instrumentos financeiros e sem nenhuma contrapartida do país. Fato intitulado de sistema da dívida, já abordado inicialmente.

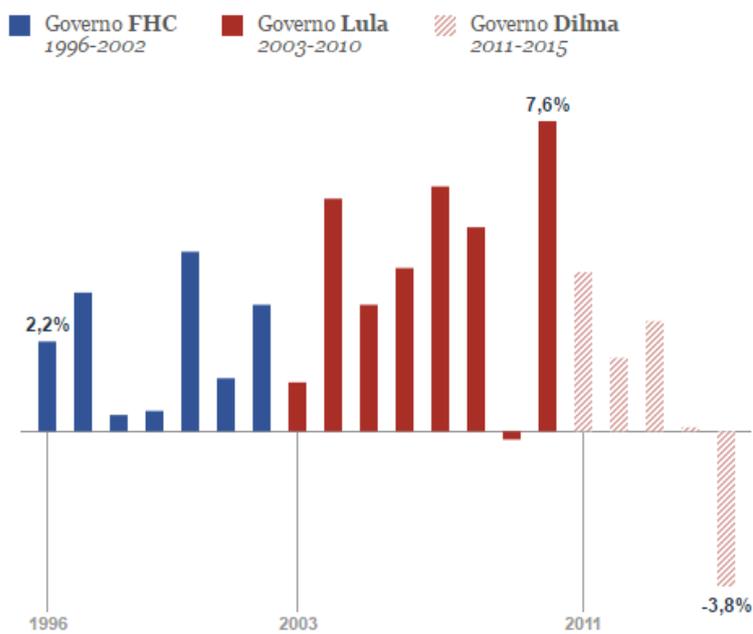
É necessário destacar que o aumento dos juros não veio sozinho, não foi uma medida a parte do Governo naquele momento, veio acompanhado de medidas políticas impopulares, ora denominadas de “pacotes de maldades”. Para Fattorelli, naquele cenário havia um debate imprescindível: de um lado, um arrojado ajuste fiscal seguido de corte de gastos e de investimentos públicos, privatizações e aumento de tributos. Por outro, um novo ciclo de alta de juros, com um aumento de exigências de recursos para subsidiar o sistema da dívida e que provocaria a paralisação de setores cruciais da economia.

O PIB, produto interno bruto, nada mais é que instrumento econômico que busca medir a atividade econômica e é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A conta inclui apenas bens e serviços finais, ou seja, o serviço intermediário é descontado para evitar dupla contagem. O cálculo do PIB no Brasil é feito sob três dimensões: produção, demanda e renda.

A recessão assolou o país em 2015, em meio a uma grave crise política. O Brasil enfrentou também uma forte desaceleração econômica fazendo com que o PIB, que em 2010 alcançou um crescimento no patamar de 7,6%, chegasse a 3,8% negativos ao final de 2015, o menor PIB em uma década conforme pode ser visualizado no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: A Evolução do PIB e seus componentes 1996-2015.

⁴ Entrevista de Fattorelli concedida ao Le Monde Diplomatique Brasil <http://diplomatique.org.br/qual-e-o-impacto-da-alta-dos-juros-na-divida-publica-e-na-vida-das-pessoas/>



Fonte: Jornal o Globo – A Evolução do PIB e seus Componentes (2016).

9. METODOLOGIA

9.1. Tipo e descrição Geral da pesquisa

Nessa etapa do trabalho são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para organizar e preparar a pesquisa, possibilitando o alcance dos propósitos traçados.

Quanto a forma de abordagem, este trabalho baseia-se no método de pesquisa quantitativo, que utiliza técnicas estatísticas para o processamento de dados e ainda estabelece que tais técnicas podem variar, dependendo da complexidade, o que pode incluir um simples cálculo de média até análises mais complexas como o coeficiente de correlação, a análise de variância e de regressão (SOARES, 2003). A metodologia utilizada quanto aos objetivos é do tipo descritiva, que visa descrever, identificar, relatar e comparar os dados da amostra sem a interferência do autor (BEUREN, 2012).

Ainda de acordo com Beuren (2012) quanto aos procedimentos a pesquisa utilizado no trabalho é do tipo bibliográfica.

10.RESULTADO DAS PESQUISAS

10.1. A Evolução do Investimento em Gastos Sociais no Brasil

Neste ponto a pesquisa ficou delimitada a tratar dos gastos sociais de forma ampla e geral a fim de se evitar o aprofundamento do tema causando a fuga do objetivo que é o de demonstrar a evolução dos gastos sociais no Brasil no período de 2002 a 2015. Portanto, não será apresentado aqui o desmembramento entre gastos sociais diretos e tributários, e, ou tratada a arrecadação tributária do período.

Tomando como referência o relatório publicado em 2016 pela Secretaria do Tesouro Nacional que versa sobre os Gastos Sociais do Governo Central foi possível extrair dados que compusessem em termos percentuais e em reais as despesas do governo dentre as categorias de Assistência Social, Educação e Cultura, Organização Agrária, Previdência Social, Saneamento Básico e Habitação, Saúde, Trabalho e Emprego, agrupados em Gastos Sociais Diretos e Tributários.

Vale destacar que a fonte primária de dados do STN no qual esse estudo se baseia é certamente pública e confiável, pois utilizou informações de execução de consulta de registros contábeis disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI do Governo Federal, bem como em informações disponibilizadas em relatórios anuais publicados pela Receita Federal, quanto aos gastos tributários brasileiros, no site do Ministério do Trabalho e Previdência Social no que tange aos dados históricos da previdência, além de outras informações dispostas nos planos plurianuais de Governo, PPA.

No que tange aos gastos tributários esses observaram os relatórios anuais da Receita Federal que versam sobre a arrecadação tributária da união.

Os dados abaixo mostram como os recursos orçamentários anuais da União foram alocados nas despesas com gastos sociais no período de 2002 a 2015.

Tabela 1: Frequência relativa (FR) em porcentagem (%) da Composição do Gasto Social do Governo Central em relação ao total (Diretos e Tributários), entre 2002 e 2015, Brasil.

CATEGORIAS	FR (%) 2002	FR (%) 2003	FR (%) 2004	FR (%) 2005	FR (%) 2006	FR (%) 2007	FR (%) 2008	FR (%) 2009	FR (%) 2010	FR (%) 2011	FR (%) 2012	FR (%) 2013	FR (%) 2014	FR (%) 2015
Assistência Social	3,7	4,4	6,0	6,4	6,9	7,2	7,4	8,6	9,0	8,7	8,9	9,3	8,9	8,8
Educação e Cultura	13,2	12,3	11,5	11,2	11,3	12,2	13,0	13,0	13,7	14,3	14,7	14,7	15,3	15,4
Organização Agrária	1,5	1,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,2	1,2	0,8	1,0	0,8	0,8	0,5	1,2
Previdência Social	62,3	64,7	62,7	63,7	62,4	60,6	59,3	57,4	57,1	56,1	54,9	54,7	52,3	53,2
Saneamento Básico e Habitação	1,1	0,5	0,6	0,5	0,5	0,7	1,2	1,5	1,3	2,1	2,6	2,7	2,7	2,8
Saúde	14,0	12,8	13,4	12,2	12,4	12,6	12,8	12,7	12,6	12,3	12,7	12,3	12,2	11,8
Trabalho e Emprego	4,1	4,1	3,8	4,0	4,6	4,9	5,0	5,6	5,4	5,4	5,4	5,5	8,0	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015, STN

Tabela 2: Gastos do Governo Central por categoria - 2002 a 2015.

R\$ Bilhões

CATEGORIAS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Assistência Social	15,9	19,8	28,9	35,7	41,8	46,0	48,6	67,7	72,0	75,1	82,1	90,1	95,8	91,3
Educação e Cultura	57,0	55,9	55,6	62,6	68,9	77,7	86,1	102,4	109,7	123,5	135,4	142,5	164,3	160,0
Organização Agrária	6,3	5,7	10,3	11,2	11,4	11,2	8,2	9,3	6,8	9,0	7,6	7,4	5,6	12,9
Previdência Social	273,9	296,2	309,0	347,6	379,1	386,3	367,6	445,5	452,8	476,4	496,8	525,3	555,0	552,4
Saneamento Básico e Habitação	4,9	2,1	2,8	2,6	3,3	4,7	8,0	12,0	10,6	17,9	23,6	26,1	28,5	28,7
Saúde	60,6	58,4	64,5	68,2	75,1	80,7	84,5	100,0	100,6	106,2	116,7	119,1	130,2	122,0
Trabalho e Emprego	17,8	18,7	18,2	22,6	27,9	31,0	33,1	44,1	42,8	46,5	49,2	53,3	86,0	70,9
Total	436,4	456,8	489,3	550,5	607,4	637,6	636,1	781,0	795,2	854,6	911,3	963,8	1065,4	1038,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no relatório Gastos Social do Governo Central 2002 a 2015, STN. 2015.

A partir da tabela 1 acima que dispõe a evolução dos gastos sociais, diretos e tributários, em termos percentuais em relação à totalidade dos gastos sociais anuais pode-se concluir que as categoriais que mais cresceram foram: assistência social, educação e cultura, saneamento básico e trabalho e emprego. Seus aumentos em termos percentuais foram respectivamente de 5,7%, 2,8%, 5,85% e 3,98%.

Um dos maiores crescimentos de dispêndios em gastos públicos sociais dentre as categorias apresentadas foi observado em Assistência Social e decorre de um aumento de investimento do governo em programas sociais como assistência à criança e nutrição, erradicação do trabalho infantil, bolsa-família, entre outros.

Em termos absolutos todas as categorias apresentaram crescimento se comparados apenas o ano inicial, 2002, e o final em 2015, consequência clara do aumento dos recursos destinados aos gastos sociais.

Apesar do aumento em termos absolutos nos dispêndios com gastos sociais, algumas categorias mantiveram-se estáveis ou perderam recursos em termos percentuais, como é o caso da Organização Agrária, Previdência Social e Saúde.

A organização agrária em 2002 deteve 1,5% do total do montante dos gastos sociais e terminou o período analisado em 2015 com 1,2%, apresentando uma perda de recursos de 0,3%.

A previdência social em 2002 deteve 62,3% do montante dos gastos públicos sociais e terminou 2015 com apenas 53,2% do total, o que representa uma perda de recursos de 9,1% em termos percentuais. Esse fato contradiz totalmente as falácias políticas que ensejam uma rápida reforma da previdência por consequência do aumento dos dispêndios que o governo não poderá mais sustentar daqui a alguns anos.

A saúde, em 2002, usufruiu de 14% do orçamento destinado aos gastos sociais e encerrou 2015 com apenas 11,8% do orçamento disponível para esse período, o que representa uma queda de investimento em 2,2%.

Observa-se também que a fatia orçamentária destinada aos gastos públicos sociais sofreu um aumento nominal de 38%, se considerarmos a diferença entre o saldo total em 2002 de R\$ 436,4 milhões e o saldo total de 2015 de R\$ 1.038, 2 milhões. Ou seja, o dispêndio com gastos sociais totais no período mais que duplicou, apresentando um crescimento em termos percentuais de 2,38%.

Gráfico 3: Gastos Sociais – Evolução do dispêndio – 2002 a 2015.



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados da tabela 2.

Os dados coletados e dispostos nas planilhas 1 e 2 e gráfico 2 acima levam a concluir que de fato o país aumentou significativamente seus investimentos em gastos sociais. Contudo faz-se necessário compreender o contexto político, econômico e financeiro vivido pelo Brasil nesse período, pois o crescimento desse dispêndio com os gastos sociais não advém da livre e espontânea vontade do governo em fazê-lo, mas também reflete o cenário de crescimento econômico e de desenvolvimento do país em todos os setores, impulsionando consequentemente os gastos sociais. Em termos gerais, pode-se entender que o crescimento tem sido uma consequência não apenas da implementação cada vez maior de políticas sociais, mas de uma própria necessidade do mercado, que o exige indiretamente.

Não há como negar que no período analisado houve um aumento na implementação, pelo Governo, de políticas sociais assistencialistas, como programas

voltados à população mais carente como o Bolsa Família, Auxílio Creche, Auxílio Desemprego e o Programa Minha Casa Minha Vida e que esses programas refletiram sensivelmente o crescimento do investimento total em gastos sociais.

Entretanto, no entendimento geral, esses programas não apresentam retorno a longo prazo, tanto que atualmente muito se tem discutido sobre sua eficácia e possíveis reformulações a fim de não apenas auxiliar, mas de inserir essa camada mais carente da população no mercado de trabalho de forma que possam voltar a gerar renda e voltar a contribuir para o crescimento econômico.

A execução dos programas em comento foi e continua sendo uma tentativa governamental em reduzir a desigualdade social no país, que ocupa atualmente a 79ª posição no ranking de Desenvolvimento Humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo que tal relatório foi elaborado em 2016 com os dados colhidos em 2015. O índice do IDH é medido anualmente pela ONU e utiliza indicadores de renda, saúde e educação e analisa os dados de 188 países desde o mais desenvolvido ao menos desenvolvidos.

10.2. O crescimento da Dívida Pública no Brasil de 2002 a 2015

Tabela 3: Composição do Estoque da Dívida Pública Federal (DPF) em Bilhões – 2002 a 2015. Distribuição por indicadores em %.

Indicadores															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Estoque DPF (R\$ Bilhões)	893,3	965,8	1013,9	1157,1	1237,0	1333,8	1397,3	1497,4	1694,0	1866,4	2008,0	2122,8	2295,9	2793,0	
Composição do Estoque da DPF (%)															
Prefixado	1,6	9,4	16,1	23,6	31,9	35,1	29,9	32,2	36,6	37,2	40,0	42,0	41,6	39,4	
Taxa Flutuante	42,4	46,5	45,7	43,9	33,4	30,7	32,4	33,4	30,8	30,1	21,7	19,1	18,7	22,8	
Câmbio	45,8	32,4	24,2	17,6	12,7	8,2	9,7	6,6	5,1	4,4	4,4	4,3	4,9	5,3	
Índice de Preços	8,8	10,3	11,9	13,1	19,9	24,1	26,6	26,7	26,6	28,3	33,9	34,5	34,9	32,5	
TR e Outros	1,4	1,4	2,1	1,8	2,0	1,9	1,4	1,1	0,8	-	-	-	-	-	
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

FONTE: Elaboração própria a partir dos relatórios anuais da dívida STN, 2002-2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-anual-da-divida>>

Tabela 4: Composição da Dívida Pública Federal em Dívida Pública Federal Mobiliária Interna (DPFMI) e Dívida Pública Federal Externa (DPFe).

Composição da Dívida Pública Federal - 2002 a 2015 (Em Bilhões)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DPF	893,3	965,8	1013,9	1157,1	1237,0	1333,8	1397,3	1497,4	1694,0	1866,4	2008,0	2122,8	2295,9	2793,0
DPFMI	623,2	731,4	810,3	979,7	1093,5	1225,0	1264,8	1398,42	1603,9	1783,1	1916,71	2028,13	2183,6	2650,2
DPFe	270,1	234,4	203,6	177,4	143,5	108,8	132,5	98,98	90,1	83,3	91,29	94,67	112,3	142,8

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Anual da Dívida do STN. 2002-2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-anual-da-divida>>

A Dívida Pública Federal (DPF) cujos os estoques foram apresentados nas tabelas 3 e 4 acima correspondem à soma dos estoques das Dívidas Públicas Mobiliárias Interna - DPFMi - com a Dívida Pública Federal Externa - DPFe. Cabe destacar ainda que a DPF se refere exclusivamente à dívida em poder do público, não sendo considerada a parcela da DPFMi em poder do Banco Central.

A Dívida Pública Federal (DPF) cujos os estoques foram apresentados nas tabelas 3 e 4 acima correspondem à soma dos estoques das Dívidas Públicas Mobiliárias Interna - DPFMi - com a Dívida Pública Federal Externa - DPFe. Cabe destacar ainda que a DPF se refere exclusivamente à dívida em poder do público, não sendo considerada a parcela da DPFMi em poder do Banco Central.

A tabela 3 evidencia em termos percentuais como a Dívida Pública Federal está distribuída de acordo com os indicadores estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. Os indicadores: prefixado, taxa flutuante (até 2011 era a Selic), câmbio, índice de preços e TR demonstram a grosso modo quais os tipos de taxas que são observados pelo mercado para o cálculo e atualização dos títulos da dívida. A isso chama-se de indexação. Os variados títulos da dívida pública têm indexadores diferentes, ou seja, observam taxas diferentes.

Conforme os dados da tabela 3 depreende-se que o estoque da Dívida Pública Federal praticamente triplicou com um crescimento nominal de 12,66%, aproximadamente, se compararmos o montante da dívida em 2002 de R\$ 893,3 bilhões com o de 2015 de R\$ 2793,0 bilhões. O fator que mais contribuiu para o crescimento da Dívida Pública Federal foi o aumento da Dívida Pública Federal Mobiliária Interna – DPFMi.

No tocante ao crescimento exponencial da dívida pública mobiliária interna, que pode ser visualizado na tabela 4, pode-se citar como uma das razões para esse crescimento desenfreado os reflexos da promulgação da Lei Federal 9.496/1997 que estabeleceu um conjunto de programas aos estados brasileiros e ao Distrito Federal, sendo que um dos objetivos claros era o refinanciamento das dívidas dos estados, apesar de que em seu texto a justificativa era que os programas trariam a redução da dívida. Os programas previstos na referida Lei eram os seguintes: O Programa de

Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados – PAF, Programa Estadual de Desestatização – PED e o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária – PROES. Fattorelli (2013, p. 84) destaca que a promulgação da Lei 9496/1997 foi um resultado de acordo negociado entre o Brasil e o FMI, que podem ser comprovadas por cartas enviadas pelo país ao FMI em novembro de 1998. Essas cartas continham um memorando prévio com os compromissos e demais exigências impostas pelo fundo que foram totalmente implementadas na lei em comento.

Assim, ficou transparente a influência do Fundo Monetário Internacional – FMI, que dessa forma continuava a interferir nas políticas financeiras e econômicas do Brasil.

As principais consequências do advento da Lei 9496/97 foram: a assunção pelos estados das dívidas dos bancos estaduais, âmbito do PROES; a privatização do patrimônio estadual; e a imposição de um arrojado plano de ajuste fiscal, no âmbito do PAF, de forma a permitir a assunção pelos estados do pagamento das onerosas condições do refinanciamento de suas dívidas.

Dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, apenas dois não firmaram o acordo: Amapá e Tocantins. A fim de conseguir uma maior adesão, a União ofereceu subsídios, sendo esses a diferença entre as condições anteriores a novas oferecidas pela Lei 9496/97.

Destarte, considerando o estoque da DPFMi em 2002 e seu estoque final em 2015 tem-se um crescimento nominal de 25,25%, sendo que o valor da dívida aumentou mais de 4 vezes, ou seja, a DPFMi mais que quadruplicou no período.

A DPFe iniciou o período analisado em R\$ 270,1 bilhões e terminou em 2015, fim da análise, em R\$ 142,8 Bilhões. Ou seja, houve um decréscimo nominal no estoque da DPFe de 52%, aproximadamente. O seu menor estoque da DPFe no período analisado foi em 2011, talvez em decorrência do pagamento de alguns títulos públicos cujo o vencimento estava previsto para aquele ano. Houve também o pagamento de títulos públicos em 2012 e 2013, o que explica os baixos valores da DPFe para esses anos. Nos anos seguintes o estoque da dívida voltou a subir não

como resultado de emissão de novos títulos, pois de acordo com o STN no Relatório Anual da Dívida Pública de 2015 o mercado não estava favorável a emissão de novos títulos, mas em decorrência da desvalorização cambial que de 2014 para 2015 aumentou o estoque da DPFe em R\$ 30,5 bilhões.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do presente trabalho era o de apresentar a evolução do investimento do governo em gastos públicos sociais e seus reflexos na qualidade de vida da população brasileira, bem como o grande peso que a Dívida Pública Federal vem representando no orçamento da União no período analisado de 2002 a 2015.

No tocante a Dívida Pública apresentou-se os principais mecanismos utilizados pelo governo, legais ou não, para atender aos interesses de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, principalmente, para aumentar a dívida com a emissão de novos títulos, refinanciando-a e conseqüentemente atribuindo mais e mais encargos onerosos ao Brasil, tornando-o mais endividado. Portanto, ficou claramente demonstrado por meio dos dados apresentados que a Dívida Pública Federal no Brasil aumentou no geral, tendo seu estoque aumentado no grupo da Dívida Pública Federal Mobiliária ao passo que diminuiu na Dívida Pública Federal Externa.

A evidenciação dos dados do dispêndio efetuado nos gastos públicos sociais provou que o governo passou a investir mais nas políticas sociais, porém nada comparado ao endividamento em si. Não ficou constatada uma relação direta entre o endividamento e o investimento em gastos sociais, apesar da dívida ser conceitualmente um instrumento de financiamento do Estado voltado ao bem-estar da população. Ou seja, não foi possível afirmar que o aumento do investimento social foi decorrente do aumento constatado no endividamento do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NACIONAL. Secretaria Tesouro Nacional. **Gastos Sociais do Governo Central**. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>>. Acesso em: março de 2017.

NACIONAL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Anual do Tesouro Nacional**. 2015. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/246449/RATN+Vers%C3%A3o+Final/a5b09e66-57ab-4a33-aef3-62d84dd606b9>> Acesso em: junho de 2017.

NACIONAL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatórios Anuais Dívida Pública Federal**. De 2003 a 2016. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-anual-da-divida>>. Acesso em junho de 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: março de 2017.

_____. **Glossário do Tesouro Nacional**. Disponível em

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp> Acesso em: junho de 2017.

_____. **Lei Complementar 101 de 4 de Maio de 2000**.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> . Acesso em junho de 2017.

_____. **Lei 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: maio de 2017.

_____. **Lei 6.151 de 04 de dezembro de 1974**.

Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>.

Acesso em junho de 2017.

_____. **Lei 9.496 de 11 de setembro de 1977**. Estabelece Critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9496.htm>. Acesso em junho de 2017.

AMARAL, Luciano. **Crises Financeiras, História e Atualidade**. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992009000300009>. Acesso em junho de 2017.

ATHAYDE, David Rebelo. VIANNA, André Coelho. **Dívida Pública Brasileira: uma análise comparativa dos três principais indicadores de esforço fiscal do governo**. Belo Horizonte, 2015.

BBC. **Alta dos Juros terá impacto bilionário na dívida pública**. Janeiro de 2015. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150121_juros_selic_ru>. Acesso em junho de 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Plano Brady**. Artigo publicado em 1989 na Isto é. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/articles/1989/958.Plano_Brady.pdf>. Acesso em junho de 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. IPEA. 2012.

CATTANI, Antônio David. OLIVEIRA, Marcelo Ramos. **A sociedade Justa e seus inimigos**. Porto Alegre. Tomo Editorial. 2012.

CONTRIM, Gilberto Vieira. **Direito e Legislação: Introdução ao Direito**. São Paulo: Saraiva, 1996, 19. ed., p. 251-263.

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise Financeira Global: Impactos na Economia Brasileira, Política e Econômica e Resultados**. Rio de Janeiro. 2013.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da Dívida: Experiências e Métodos**. Brasília. Inove, 2013.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **O Impacto da Alta dos Juros na Dívida Pública e na Vida das Pessoas**. Entrevista publicada em <<http://diplomatique.org.br/qual-e-o-impacto-da-alta-dos-juros-na-divida-publica-e-na-vida-das-pessoas/>>. Acesso em: junho de 2017.

FEDERAL. SENADO FEDERAL. **Nascida na Ditadura a dívida dos estados e municípios foi agravada pelo real**. Reportagem disponível em <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/contas-publicas/contexto/nascida-na-ditadura-a-divida-dos-estados-e-municipios-foi-agravada-pelo-real.aspx>>. Acesso em junho de 2017.

GLOBO. O GLOBO. **A evolução do PIB e seus componentes**. 2016. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/economia/evolucao-do-pib-1.html>>. Acesso em: junho de 2017.

LIMA, Carlos Alberto Ferreira. **Gastos Sociais e Crise do Capital**. 2008.

PONTES, Ênio. **Entendendo Melhor a Dívida Pública**. Matéria publicada em <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2017/01/03/entendendo-melhor-divida-publica/>>. Acesso em: junho de 2017.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RECORD. R7. **Milagre econômico ou desastre, saiba mais sobre o crescimento econômico brasileiro durante o regime militar**. Disponível em <<http://noticias.r7.com/economia/milagre-economico-ou-desastre-saiba-mais-sobre-o-crescimento-brasileiro-durante-o-regime-militar-03042014>>. Acesso em junho de 2017.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas do Governo (1980-1994)**. 1997.

SALVADOR, Evilasio. **Por que não há déficit na Seguridade Social e na previdência social?** Nota elaborada para o Sindifisco Nacional, 25 de fevereiro de 2010. Disponível em:<http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/porque-nao-ha-deficit.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

SALVADOR, Evilasio. **A Injustiça Fiscal no Financiamento das Políticas Sociais**. Artigo publicado na obra *A Sociedade Injusta e Seus Inimigos*. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Geovane Camilo. ANDRADE, Sandro Ângelo de. **Análise da Aplicação dos Recursos Públicos em Gastos Sociais nas Cidades-Pólos de Minas Gerais**. 2014.

